

OS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Susana Veleda da Silva
Professora de Geografia Humana
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
Doutoranda em Geografia Humana, UAB

Resumo

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham os diferentes momentos dos movimentos feministas. A partir da década de oitenta, o país começa a sair lentamente dos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar que começou em 1964. Mas desde meados dos anos setenta que as mulheres brasileiras já se mobilizavam contra o custo de vida, por creches e timidamente buscavam uma maior abertura política. Neste sentido, muitas pesquisadoras já demonstravam preocupação pela temática feminista e os principais trabalhos versavam sobre mulher e trabalho. Mas são nos anos oitenta que diferentes movimentos feministas começam a criticar a condição da mulher no Brasil. E na academia as pesquisadoras não ficam imunes aos apelos por uma maior igualdade social entre os sexos. As ciências humanas e sociais, particularmente a sociologia, a demografia e a história, produzem trabalhos abordando diferentes temáticas, com uma perspectiva de resgatar a mulher e seu papel nas diferentes sociedades e particularmente na sociedade brasileira contemporânea. Assim, os estudos de gênero no Brasil crescem em qualidade e quantidade durante os últimos 20 anos.

Palavras-chave: gênero/ geografia do gênero/ feminismo/ demografia/ Brasil: estudos de população.

Resumen

En Brasil, los estudios bajo la perspectiva del género siguen los diferentes momentos de los movimientos sociales feministas. A partir de los años 80 el país empieza a salir de los llamados “años de plomo” de la dictadura militar que se inició en 1964. Pero desde mediados de los años 70 las mujeres brasileñas ya movilizaron en contra el coste de vida, por guarderías y buscaban una apertura política mayor. Al mismo tiempo, muchas investigadoras ya mostraban preocupación por el tema feminista y los principales estudios versaban sobre mujer y trabajo. Pero en los años 80 los diferentes movimientos feministas empezaban a hacer críticas a las condiciones de las mujeres en Brasil. En la academia las investigadoras no quedan inmunes a las apelaciones por una mayor igualdad social entre los sexos. Las ciencias sociales y humanas, especialmente la sociología, la demografía y la historia, producen estudios que abordan temas diferentes con perspectiva de rescatar la mujer y su papel en las diferentes sociedades y especialmente en la sociedad brasileña actual. Así, los estudios del género en Brasil han crecido en calidad y cantidad durante los últimos 20 años.

Palabras clave: género/ geografía del género/ feminismo/ demografía/ Brasil: estudios de población.

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham os diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. A partir da década de setenta a emergência destes movimentos sociais consolidam novas forças políticas em vários lugares do planeta. Movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres, para citar os mais expressivos, despontam e modificam lugares e mentalidades.

As ciências sociais deparam-se com a decomposição dos modelos clássicos e com a obsolescência de algumas noções como “classe social” (Ianni,1990) e proclama-se uma crise que, real ou imaginária, questiona teorias, modelos ou paradigmas. E mais do que isso, a emergência de novos atores políticos deslocam e descentram as identidades do sujeito do iluminismo e do sujeito sociológico.¹

Esses novos movimentos sociais rompem a unidade das conceituações tradicionais e promovem novas formas de entendimento do mundo. Para Melucci (1989) estes movimentos são uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, que se diferenciam de outros tipos de ação coletiva por que desenvolvem um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Segundo Santos (1996) os movimentos sociais identificam novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção e atingem grupos sociais transclassistas ou a sociedade, advogando um novo paradigma social.

Nesse contexto de incertezas políticas e acadêmicas essas novas práticas sociais provocam novas questões para as ciências sociais.

Os movimentos de mulheres e feministas² surgem no Brasil, a exemplo de outros lugares, a partir da década de setenta. Mas a prática desses movimentos sociais tem apresentado, no final dos anos oitenta e no decorrer dos anos noventa, novas formas de atuação e de inserção na sociedade.

Dialogando com uma bibliografia básica procuramos comentar sobre a trajetória do movimento de mulheres, sejam populares e/ou feministas (Souza-Lobo,1991), no Brasil nos últimos vinte anos, pois estes estudam refletem, também, a trajetória dos estudos de gênero no país.

Nos países capitalistas avançados, segundo Santos (1996), a crise da cidadania social corresponde a dois fenômenos ocorridos a partir do final da década de sessenta: a crise do Estado de bem-estar social, que ele denomina Estado Providência, e o movimento estudantil de 68. Para Boaventura Santos a difusão social da produção (mostrando novas formas de opressão) e o isolamento político do movimento operário facilitaram a emergência de novos sujeitos sociais e novas práticas de mobilização social.

O Brasil não passa impune por esses fenômenos. No mesmo período o país vive uma ditadura política que passa a ser abertamente questionada por operários em greve e por movimentos estudantis. Neste período, embora a economia estivesse em expansão com industrialização acelerada e urbanização crescente, os salários se deterioraram e o custo de vida subiu muito (Bruschini,1994).

É, então, a partir da década de setenta que se formam os primeiros movimentos de mulheres.³

Principalmente em São Paulo, mulheres de periferia, através das comunidades da Igreja Católica reivindicam ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhores salários, reclamam do custo de vida e unem-se contra a carestia. A reivindicação pelas creches era apontado como um dos principais problemas pois as mulheres precisavam trabalhar fora, para manter a família (Teles,1993). É claro que estas reivindicações propiciaram não só mudanças de mentalidades como também mudanças no espaço urbano.

No final da década de setenta as pesquisas voltam-se para as relações de produção. Mulher e trabalho, no espaço urbano ou rural, marcam o início da pesquisa acadêmica, com destaque para os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti (1978/ 1979/ 1981) e Eva Altermann Blay (1978). Nesse período, algumas mulheres militavam clandestinamente em grupos de esquerda contra a ditadura, propiciando, segundo Soares (1994) a emergência do feminismo dentro dos partidos de esquerda. Mas são as mulheres dos bairros populares que aparecem no espaço público construindo uma “dinâmica política própria” (Soares,1994:16) e transformando o seu espaço cotidiano.

Para Soares (1994:13) o “movimento de mulheres nos anos setenta trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades”.

Os movimentos de mulheres se especificam em relação a outros movimentos ao proporem uma nova articulação entre a política e a vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera pública⁴. Ou seja, a mulher ao emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública também torna-se visível na esfera social, onde os limites entre o público e o privado tornam-se confusos. Em um primeiro momento as pesquisadoras feministas preocupam-se em estudar estas mulheres, que tornam-se visíveis na sociedade e na academia, trabalhos que

desvendam a mulher como ser atuante e pensante, resgates históricos, biografias, etc.

Em 1975 a ONU declara o início da *Década da Mulher* e no Brasil surgem os primeiros grupos feministas comprometidos em lutar pela igualdade das mulheres, pela anistia e pela abertura democrática. O crescimento expressivo da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos setenta é apontado por Bruschini (1994:179) como “uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país”. A militância feminista chega aos sindicatos mas sob a forma de departamentos femininos, apontados por Pinto (1992) como uma das formas de inserção e de construção de espaços de poder.⁵

As mulheres participando de movimentos populares sejam urbanos ou rurais, com reivindicações em nível do atendimento das necessidades básicas começam também a perceber as relações de desigualdades a que estão submetidas e tornam-se visíveis publicamente. Algumas assumem-se feministas, outras não. Os movimentos de mulheres podem assumir um caráter reivindicatório específico, mas alguns não excluem reivindicações universais como os movimentos feministas.

As mulheres atuam num campo privilegiado de luta, no mundo da intersubjetividade, o cotidiano, estabelecendo uma nova relação entre subjetividade e cidadania. Estes conceitos passam a ser abordados mais a miúdo na academia, seja nas ciências sociais ou nas ciências do comportamento - psicologia, pedagogia, psicanálise (Suplicy, 1984).

Nos anos oitenta grupos feministas espalhavam-se pelos principais centros urbanos do país. Reorganizando a sociedade rearticulando relações de poder, podendo ou não se transformarem em lobby frente ao Estado como ocorreu na Assembléia Constituinte de 1988. Conhecido como lobby do batom a Bancada feminina⁶ conseguiu junto com as Emendas Populares, grandes conquistas que foram asseguradas pela Constituição (Pinto, 1994). Segundo Borba (1994) o lobby do batom disseminou-se em todo o país com intensas mobilizações de mulheres.

Para Celi Pinto (1992) é através dos movimentos sociais que se constituem no interior da sociedade civil que a mulher aparece enquanto sujeito. O movimento

feminista não é necessariamente reivindicatório, isto é, pode não se organizar a partir de demandas específicas ao Estado. O movimento feminista constitui-se em torno de uma condição de exclusão dispersa e onipresente.

Assim, a partir da década de oitenta reafirma-se a necessária heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero⁷. E as pesquisas passam a apontar também o carácter relacional entre os sexos que é construído socialmente a partir de relações de poder e conseqüentemente apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social. Não basta estudar as mulheres é preciso estudar as relações sociais entre os sexos.

Os movimentos de mulheres no Brasil são heterogêneos e não possuem uma linearidade. As diferentes abordagens para movimentos diferentes indicam que o movimento de mulheres apresenta diferentes matizes. As formas de ação e os objetivos dos movimentos variam conforme o país, a região, a classe e raça dos sujeitos atuantes.

Durante os anos setenta e oitenta os movimentos de mulheres mostram a participação das mulheres em vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e necessidades através de manifestações, denunciando as desigualdades sociais imputadas às relações de gênero. Demógrafas e sociólogas como Elsa Berquó (1980, 1982, 1986, 1989) e Carmem Barroso (1984) analisam a queda da fecundidade no país - suas causas e conseqüências, denunciando a prática indiscriminada da esterilização feminina. A partir daí os estudos também abrangem a questão dos direitos reprodutivos.

A partir dos anos noventa houve uma dispersão dos movimentos feministas e uma flagrante institucionalização. Algumas dessas mudanças podem ser identificadas no rápido crescimento das ONGs (Organizações Não Governamentais) feministas. Numa participação em fóruns nacionais e internacionais de discussão e numa presença significativa nos aparelhos de Estado. A especialização temática e a formação de redes também demonstram novas práticas sociais. Os temas se especificam tais como saúde, direitos, meio ambiente, violência, entre outros.

A questão da igualdade ou da diferença destaca-se como crucial para os movimentos feministas e no debate acadêmico estas questões assumem a forma de muitos trabalhos teóricos e pesquisas empíricas nas ciências sociais, especialmente na Sociologia, Antropologia e História. Ainda hoje, a Geografia brasileira é muito tímida no que diz respeito a esta temática. Assim, entender como o movimento percebe esta questão, seja nas perspectivas racionalista, essencialista ou pluralista⁸, dividem os debates teóricos e permitem analisar as práticas sociais destes movimentos, seus objetivos e suas consequências espaciais.

Nos anos noventa, a tendência é a institucionalização dos movimentos sociais e o movimento de mulheres não foge a regra. Alguns perdem o caráter espontâneo e a-hierárquico e se organizam sob a forma de instituições não governamentais, disseminando-se pelo país financiados por organismos nacionais ou internacionais.

O debate feminista hoje parece estar restrito às academias com feministas profissionais e as práticas limitam-se as ONGs (Organizações Não Governamentais), com reivindicações específicas que se desenvolvem onde o Estado é omissor, como as questões ambientais.

A crise econômica e o desemprego podem ser apontados como fatores de desmobilização. O país parece enfrentar um processo de descrença que impede grandes mobilizações populares. Mas não podemos deixar de mencionar que embora a mulher esteja participando ativamente no mercado de trabalho as relações sociais ainda são marcadas por relações de gênero. Trabalhadores e trabalhadoras são inseridos no mercado de trabalho marcados por desigualdades atribuídas ao sexo. A diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função é cada vez maior no País. Em recente pesquisa o Ministério do Trabalho constatou que as mulheres estão recebendo em média dois terços do salário do homens em todos os setores da economia (Ministério do Trabalho – Caged/Fat, 1996).

O desemprego é uma outra questão. É um desafio para todos os movimentos sociais pois gera desmobilização e descrença. A situação de crise econômica provoca perdas de conquistas elementares acarretando a desmobilização.

Ao lado de tudo isto, a academia tem-se mostrado ativa no processo de compreender e contribuir com novas perspectivas na abordagem destas temáticas. Grupos de trabalho em várias instituições do país (ligados as Universidades ou independentes) tematizam as relações de gênero em múltiplas áreas disciplinares. Citamos alguns exemplos mais destacados, tais como: *Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*; *Núcleo de Estudos de População* da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP); *Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional* da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG); *Núcleo de Estudos da Mulher e do Gênero* da Universidade de São Paulo (NEMGE/USP); *Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIEM/UFRGS) em Porto Alegre.

Aquí é importante destacar a frutífera parceria entre a academia e os movimentos sociais através de diferentes convênios, oferecimento de cursos, seminários, etc. Desta maneira a Universidade valida e valoriza as ações promovidas pelas redes, servindo como suporte teórico e muitas vezes, também, com sua infraestrutura promovendo uma maior integração entre a sociedade em geral, os movimentos sociais e os cientistas.

Ainda neste sentido, é valiosa a contribuição da *Revista de Estudos Feministas*, publicada em 1992, com sede na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Atualmente, tem sua sede em Florianópolis compondo uma parceria entre o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC). A referida revista apresenta-se como uma publicação semestral apresentando diferentes áreas do conhecimento, de forma pluralista, mostrando a riqueza dos estudos que abordam a perspectiva de gênero no país. Esta publicação tem como objetivo dar maior visibilidade à vasta produção existente hoje no Brasil no campo dos estudos feministas e de gênero. Desse modo, tem como proposta subsidiar o

debate teórico, acadêmico e as práticas políticas dos movimentos de mulheres, feministas e afins.

Os movimentos sociais abrangem, hoje, realidades diversas. Consideramos que os movimentos de mulheres ou feministas (que não são necessariamente compostos apenas por mulheres) tornam-se movimentos sociais atuantes quando identificam formas de opressão que extrapolam as relações de produção e abrangem questões mais amplas como meio ambiente, qualidade de vida, cultura patriarcal, desigualdades de gênero e outras que questionam os paradigmas sociais vigentes.

O estudo desses movimentos apontam para uma abordagem mais específica. Buscando a heterogeneidade através de uma análise empírica qualitativa, identificando os sujeitos envolvidos no movimento, suas práticas de ação e seus objetivos. O que não significa desconsiderar as restrições estruturais e conjunturais sofridas por esses sujeitos.

No Brasil, são poucos os geógrafos que procuram analisar o espaço sob a perspectiva das relações de gênero. Citamos o trabalho de Rossini (1988) que estudou a presença da mulher na lavoura canavieira paulista em sua tese de Livre Docência. Em 1992, o *Boletim de Geografia Teórica*, de Rio Claro, São Paulo, publicou diversos trabalhos empíricos, de geógrafos e de outros cientistas sociais, que versaram sobre a temática Mulher e Trabalho. Embora pioneiro neste tema, esta iniciativa não contemplou aportações teóricas mais consistentes e não teve a continuidade necessária.

A Geografia brasileira, a exemplo da anglo-saxônica e espanhola⁹, precisa estar atenta para esses novos movimentos sociais e lançar mão da categoria gênero como mais um instrumento de análise do social que, conseqüentemente, produz diferentes espaços geográficos. Incorporar as contribuições teóricas do feminismo e estudar empiricamente como o espaço é modificado por esses movimentos é tarefa emergente para quem quer compreender os novos espaços geográficos.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. *A condição humana* (1958). 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BARROSO, Carmem. Esterilização Feminina: Liberdade e Opressão. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, Vol.18, Nº 2, 1984.

BERQUÓ, Elza. *Algumas indicações sobre a recente queda da fecundidade no Brasil*. Texto apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução da População, Teresópolis, 1980.

BERQUÓ, Elza. Os corpos silenciados. *Novos Estudos – CEBRAP*. São Paulo, Nº 03, 1982.

BERQUÓ, Elza. Sobre o declínio da Fecundidade e a Anticoncepção em São Paulo: análise preliminar. In: *Textos NEPO* (Núcleo de Estudos de população). Campinas, Nº6, 1986.

BERQUÓ, Elza. A família no século XXI: um enfoque Demográfico. *Revista Brasileira de Estudos de População/ABEP*. São Paulo, Vol.6, Nº2, jul/dez, 1989.

BERQUÓ, Elza. Uma nova onda para atropelar os Direitos Reprodutivos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vol. 7, Nº 1, jan/jun, 1990.

BERQUÓ, Elza. Esterilização e Raça em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População/ ABEP*. São Paulo, Vol. 11, Nº 1, jan/jun, 1994.

BLAY, Eva. *Trabalho Domesticado*. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro/São Paulo: AGETEO, Vol. 22, nº 43-44. 1992.

BORBA, Angela et al. O Feminismo no Brasil Hoje. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, Vol. 2, Nº 2 , 1994.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: *Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo: ABET Vol.1, 1994.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira. Prismas sobre o feminino. In: *Natureza, História e Cultura – Repensando o Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade, PPGS/IFCH/UFRGS, Vol. 4, Nº Especial, 1993.

HALL, Stuart. *A questão da Identidade Cultural*. Trad. Guacira L. Louro e Tomaz T. da Silva. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1996.

HUMPHREY, John. Sindicato: um mundo masculino. *Novos Estudos - CEBRAP*. São Paulo, Vol. 2, N° 1, 1983.

IANNI, Octavio. A crise de paradigmas na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS*, No. 13, Ano 5, jun, 1990.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais mas não idênticos. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, Vol. 2, N° 3, 1994.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. *Revista Lua Nova*. São Paulo: CEDEC/SP, n° 17, jun. 1989.

PIMENTEL, Silvia. *A Mulher e a Constituinte – uma contribuição ao debate*. São Paulo: Cortez, 1985.

PINTO, Celi. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: *Uma Questão de Gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

PINTO, Celi. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: *Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

Revista de Estudos Feministas (1992/2000). Rio de Janeiro e Florianópolis: CIEC/UFRJ e CFH/UFSC.

ROSSINI, Rosa Ester. *Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista*. Tese de Livre Docência. São Paulo: USP, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 2ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes,

SAFFIOTI, Heleieth. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher – um estudo das operárias têxteis de confecções no Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, Vol.6, N° 2, jul/dez 1990.

SOARES, Vera. Movimento Feminista. Paradigmas e Desafios. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, N° Especial, 2° Sem. 1994.

SOUZA-LOBO, Elizabeth A *Classe Operária tem dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SUPLICY, Marta. *Condição da Mulher – Amor, Paixão e Sexualidade*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TELES, Maria Amélia. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Notas:

1. Essas expressões remetem a diferentes concepções de identidade. Segundo Hall (1996), o sujeito do iluminismo tem uma concepção individualista, em que o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. O sujeito sociológico tem sua identidade formada pela interação entre o eu e a sociedade.
2. Para identificar as diferenças e semelhanças entre esses movimentos ver Souza-Lobo (1991).
3. Consideramos que, embora no final do século dezenove as mulheres já tenham dado os primeiros passos através das lutas pelo direito de voto e das greves de operárias por melhores salários e condições de trabalho (Teles,1993), é a partir da década de setenta que esse movimento assume novas práticas sociais
4. Essas categorias são utilizadas aqui tal como foram definidas por Hannah Arendt (Condição Humana,1958).
5. Forma que entendemos ser questionável pois o movimento sindical é liderado por homens. Segundo Humphrey (1983) o sindicato é um mundo masculino.
6. A Bancada Feminina contava com 26 Congressistas em 1988.
7. Gênero é aqui entendido segundo definição de Joan Scott como “uma conexão integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e, gênero é a maneira primordial de significas relações de poder” (1990:14).

8. Yannoulas (1994) identifica esses tipos interpretativos no debate sobre igualdade/diferença

9. Citamos o *Dossier de Lecturas – Género, Espacio y Sociedad – Nuevas perspectivas en Geografía Social* (organização de María Dolors García Ramon e tradução de Perla Zusman), UAB, Barcelona, 1998. Neste dossier o leitor encontrará textos dos principais autores que trabalham Geografia e Gênero no mundo anglo-saxão e espanhol.